

10. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:


Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal os Contratos Interadministrativos de delegação de competências:

a) - Freguesia de Padim da Graça, para a execução da obra de "Construção de Casa de Banho no Edifício da Piscina, para apoio à Zona de Lazer - Quintalejo", no montante de 26.496,40 €;

b) - Freguesia de Sequeira, para execução da obra de "Requalificação da Rua Praceta das Minas" – Correção de Valores, no montante de 1.836,15€ (com IVA incluído à taxa de 6%);

c) – Freguesia de Esporões, para execução da obra de "Muro de Suporte na Rua Nossa Senhora de Fátima – Esporões, no montante de 41.096,20€.

d) – Freguesia de Gualtar, para execução da obra de "Águas Pluviais na Rua Professor Manuel Barroso", no montante de 8.713,20 €.

A 56 Entes
19.07.29


R.C. – Reunião de 01/07/2019

A.M. – Reunião de 19/07/2019

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público n.º 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOÃO LAMEGO MOREIRA, intervindo em representação da **FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA**, pessoa coletiva de direito público n.º 506 575 900, com sede na Rua DA Escola Velha, n.º 27 – 4700-667 PADIM DA GRAÇA, adiante designada *por* **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **Freguesia de Padim da Graça**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de -----de ----- de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de ----- de ----- de 2019 e pela Assembleia de Freguesia de Padim da Graça, em sessão de ----- de -----de 2019, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2019.

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na **FREGUESIA DE PADIM da GRAÇA** para a execução da obra denominada “**Construção de CASA de BANHO no Edifício da Piscina , para apoio à Zona de Lazer - Quintalejo**”.

Cláusula 2ª

Condições

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª

(Recursos financeiros)

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba **26.496,40€** (vinte e seis mil

quatrocentos e noventa e seis euros e quarenta cêntimos) (com 6% IVA incluído), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª

Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª

Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6ª

Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.ª

Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.ª

Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.

c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.

d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.^a **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.^a **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.^a **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.^a **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.^a
Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.^a
Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea *b)* do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.^a
Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20ª

Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº ----.

Cláusula 21^a
Disposições legais aplicáveis

1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b)** O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a)** Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2019 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;
- b)** Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ----- de ----- de 2019.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 28 de Novembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Junta de Freguesia de Padim da Graça

Relatório do Documento entrada n.º 60278 de 12/11/2018

DOCUMENTO Nº

DATA 09/11/2018

REFERÊNCIA

REGISTADO: gabriela.silva

ATUALIZADO: nuno.azevedo

ASSUNTO

PEDIDO DE CONSTRUÇÃO - CASAS DE BANHO - PISCINA DE PADIM DA GRAÇA

REMETENTE EXT.: JUNTA DE FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA

TIPO DE DOCUMENTO PEDIDO

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

Detalhes do Documento

1. Original

Enviado para Func.: Filomena Antonia Fernandes Carvalho Braga Vieira

PROCESSO N.º 2019/300.10.001/381

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(13) Movimentado no dia 27/11/2019 14:50 para Func.: Filomena Antonia Fernandes Carvalho Braga Vieira

Efetuado por Func.: 4832 - Antonio Carlos Vieira Barroso(antonio.barroso)

Motivo: Elaborar proposta de delegação da execução na J.F.. Segue físico.

(12) Movimentado no dia 27/11/2019 08:52 para Func.: Antonio Carlos Vieira Barroso

Efetuado por Func.: 82 - Maria Sameiro Veloso Ribeiro(sameiro.ribeiro)

Motivo: Segue processo físico.

(11) Movimentado no dia 26/11/2019 08:52 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Efetuado por Func.: 82 - Maria Sameiro Veloso Ribeiro(sameiro.ribeiro)

Motivo: Aguarda despacho da Sr.ª. Diretora no proc, físico.

(10) Movimentado no dia 25/11/2019 16:23 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Efetuado por Func.: 1350 - Gaspar Antonio Sampaio Silva(gaspar.silva)

Motivo: À Sr.ª Eng.ª Diretora. De remeter ao Sr. Dr. António Barroso.

(9) Movimentado no dia 25/11/2019 15:59 para Func.: Gaspar Antonio Sampaio Silva

Efetuado por Func.: 2539 - Nuno Jose Macedo Azevedo(nuno.azevedo)

Motivo: Segue processo para a construção de instalações sanitárias na Piscina Municipal de Padim da Graça.

O valor estimado ascende a 24 996,60€ + IVA.

De remeter ao DAF para aprovação do projeto base e eventual contrato interadministrativo

Segue físico

(8) Movimentado no dia 25/11/2019 15:30 para Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo

Efetuado por Func.: 2575 - Claudia Maria Gomes Soares Silva(claudia.silva)

Motivo: Com docs via mail.

(7) Movimentado no dia 20/11/2019 16:44 para Func.: Claudia Maria Gomes Soares Silva

Efetuado por Func.: 2539 - Nuno Jose Macedo Azevedo(nuno.azevedo)

Motivo: Para procedimento

(6) Movimentado no dia 20/11/2019 16:43 para Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo

Efetuado por Func.: 2539 - Nuno Jose Macedo Azevedo(nuno.azevedo)

Motivo: recolher

(5) Movimentado no dia 12/11/2018 17:01 para Func.: Bruno Miguel Meira Rodrigues

Efetuado por Func.: 2539 - Nuno Jose Macedo Azevedo(nuno.azevedo)

Motivo: Agendar visita comigo

(4) Movimentado no dia 12/11/2018 16:36 para Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo

Efetuado por Func.: 1350 - Gaspar Antonio Sampaio Silva(gaspar.silva)

Motivo: Para procedimento.

24.996,60€
6% IVA 1.499,80€
Total 26.496,40€

Relatório do Documento entrada n.º 60278 de 12/11/2018

DOCUMENTO Nº

DATA 09/11/2018

REFERÊNCIA

REGISTADO: gabriela.silva

ATUALIZADO: nuno.azevedo

ASSUNTO

PEDIDO DE CONSTRUÇÃO - CASAS DE BANHO - PISCINA DE PADIM DA GRAÇA

REMETENTE EXT.: JUNTA DE FREGUESIA DE PADIM DA GRAÇA

TIPO DE DOCUMENTO PEDIDO

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

14694

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

PROCESSO N.º 2019/300.10.001/381

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(10) Movimentado no dia 25/11/2019 16:23 para Serv: DMOSM - DIREÇÃO MUNI. DE OBRAS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Efetuada por Func.: 1350 - Gaspar Antonio Sampaio Silva(gaspar.silva)

Motivo: À Sr.ª Eng.ª Diretora. De remeter ao Sr. Dr. António Barroso.

(9) Movimentado no dia 25/11/2019 15:59 para Func.: Gaspar Antonio Sampaio Silva

Efetuada por Func.: 2539 - Nuno Jose Macedo Azevedo(nuno.azevedo)

Motivo: Segue processo para a construção de instalações sanitárias na Piscina Municipal de Padim da Graça. O valor estimado ascende a 24 996,60€ + IVA. De remeter ao DAF para aprovação do projeto base e eventual contrato interadministrativo Segue físico

(8) Movimentado no dia 25/11/2019 15:30 para Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo

Efetuada por Func.: 2575 - Claudia Maria Gomes Soares Silva(claudia.silva)

Motivo: Com docs via mail.

(7) Movimentado no dia 20/11/2019 16:44 para Func.: Claudia Maria Gomes Soares Silva

Efetuada por Func.: 2539 - Nuno Jose Macedo Azevedo(nuno.azevedo)

Motivo: Para procedimento

(6) Movimentado no dia 20/11/2019 16:43 para Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo

Efetuada por Func.: 2539 - Nuno Jose Macedo Azevedo(nuno.azevedo)

Motivo: recolher

(5) Movimentado no dia 12/11/2018 17:01 para Func.: Bruno Miguel Meira Rodrigues

Efetuada por Func.: 2539 - Nuno Jose Macedo Azevedo(nuno.azevedo)

Motivo: Agendar visita comigo

(4) Movimentado no dia 12/11/2018 16:36 para Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo

Efetuada por Func.: 1350 - Gaspar Antonio Sampaio Silva(gaspar.silva)

Motivo: Para procedimento.

(3) Movimentado no dia 12/11/2018 14:22 para Func.: Gaspar Antonio Sampaio Silva

Efetuada por Func.: 4832 - Antonio Carlos Vieira Barroso(antonio.barroso)

Motivo: Para procedimento.

(2) Movimentado no dia 12/11/2018 10:36 para Func.: Antonio Carlos Vieira Barroso

Efetuada por Func.: 2595 - Gabriela Patricia Goncalves Araujo Silva(gabriela.silva)

Motivo: Para Despacho.

(1) Movimentado no dia 12/11/2018 10:33 para Serv: DAC - DIVISÃO DE APOIO AO CIDADÃO

Efetuada por Func.: 2595 - Gabriela Patricia Goncalves Araujo Silva(gabriela.silva)

Motivo: Registo original!

João António
do Dr. António
Barroso.
✓ Aguardo
20/11/2019

Relatório do Documento entrada n.º 60278 de 12/11/2018

Anexos do documento

Tipo doc.: Documentos instrutórios | Data: 25/11/2019 | Observações: Pasta digital

Conhecimentos do documento

Enviado para o Func. 5523 - João Vasconcelos Barros Rodrigues, no dia 12/11/2018 10:36, por gabriela.silva

Documentos do Processo

Interno n.º 14694 do dia 09/05/2018

Remetente: Func.: Nuno Jose Macedo Azevedo
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Documentos instrutórios

Entrada n.º 60278 do dia 12/11/2018

Remetente: Ext.: Junta de Freguesia de Padim da Graça NIF: 506575900
Livro de registo: Livro de Correspondência
Tipo documento: Pedido

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

DOC.GENER: CONT INTER/2019

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Cabimento prévio: DOC.GENER: PADIM GR/2019

Entidade: 10630 Junta de Freguesia de Padim da Graça
NIF: 506575900

Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 0805010202 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Contrato:

N.Seq.: 55642

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
12/12/2019	21482	5,00				5,00		CONSTRUÇÃO DE CASA DE BANHO NO EDIFÍCIO DA PISCINA, PARA APOIO À ZONA DE LAZER - QUINTALEJO.
12/12/2019	21483					5,00	26 491,40	

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Cabimento

N.Seq.: 48294

DOC.GENER: PADIM GR/2019

Serviço Requisitante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Orçamento de GOP

Financiamento disponível:	1 800 000,00
Cabimentado:	1 797 455,12
Saldo:	2 544,88

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		

12/12/2019 17670 5,00

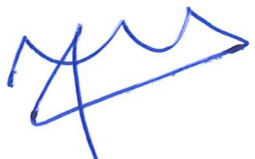
5,00 CONSTRUÇÃO DE CASA DE BANHO NO EDIFÍCIO DA PISCINA, PARA APOIO À ZONA DE LAZER - QUINTALEJO.

12/12/2019 21482

55642 DOC.GENER: CONT INTER/2019

5,00

0,00 CONSTRUÇÃO DE CASA DE BANHO NO EDIFÍCIO DA PISCINA, PARA APOIO À ZONA DE LAZER - QUINTALEJO.

A ~ do S. João
19/12/10


R.C. – Reunião de -----/-----/2019

A.M. – Sessão de -----/-----/2019

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEQUEIRA

PRIMEIRO OUTORGANTE: **RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, casado, natural da freguesia de Braga S. João do Souto, concelho de Braga, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado *por* **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: **JOÃO CARLOS ROCHA** intervindo em representação da **FREGUESIA DE SEQUEIRA** pessoa coletiva de direito público nº 507 031 350, com sede na Rua da Escola ,nº7 – 4705-629 Sequeira, adiante designada por **FREGUESIA**.

Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal,

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com os estudos que têm sido promovidos pelo **MUNICÍPIO** esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013, bem como os demais princípios que

devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º do mesmo diploma legal;

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou, com a **FREGUESIA DE SEQUEIRA**, o presente contrato de delegação de competências;

Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de ----- de ----- de 2019, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de ----- de ----- de 2019 e pela Assembleia de Freguesia de Sequeira em sessão de ----- de ----- de 2019, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ----- de ----- de 2019.

Cláusula 1ª **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de **SEQUEIRA**, para a execução da obra denominada “**Requalificação da Rua Praceta das Minas – Correção de valores**”, prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento.

Cláusula 2ª **Condições**

A obra será executada de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal que consta do respetivo processo administrativo.

Cláusula 3ª **(Recursos financeiros)**

1 - Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **1.836,15€ (mil oitocentos e trinta e seis euros e quinze cêntimos)** (c/ IVA Incluído à taxa de 6%), por conta da delegação efetuada.

2 – A referida verba será processada mensalmente, em conformidade com o valor de obra executada nesse período, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**.

3 - Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

Cláusula 4^a
Recursos humanos

Não são afetos recursos humanos à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5^a
Recursos patrimoniais

Não são afetos recursos patrimoniais à execução do presente contrato por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 6^a
Prazo

1 - O prazo de execução da obra é de 90 dias.

2 - A Junta de Freguesia deverá comunicar à Câmara Municipal, com antecedência de 8 dias, o início dos trabalhos, bem como da sua conclusão.

Cláusula 7.^a
Obrigações do MUNICÍPIO

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) Prestar acompanhamento técnico à **FREGUESIA**,
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- d) Elaborar autos de medição de forma regular e mensal referente à execução da obra, objeto das competências delegadas, que serão remetidos à **FREGUESIA**.

Cláusula 8.^a
Obrigações da FREGUESIA

1 - No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições constantes do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de Julho.
- c) Informar O **MUNICÍPIO** do início da obra com antecedência mínima de oito dias, bem como das eventuais suspensões e reinício dos trabalhos.
- d) Cumprir todas as orientações e normas técnicas, legais e regulamentares relacionadas com a execução da obra, designadamente publicitando a execução da obra, sob a forma de aviso, segundo

modelo indicado pela Câmara, a colocar no local de execução de forma bem visível da via pública, no prazo de cinco dias antes de iniciar as obras.

Cláusula 9.^a **Obrigações adicionais**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICIPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 10.^a **Informação a disponibilizar pela FREGUESIA**

1 - Serão elaborados pela **FREGUESIA** os seguintes relatórios:

- a) Relatório Trimestral de Acompanhamento, que deve ser acompanhado dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo **MUNICIPIO**;
- b) Relatório de Avaliação, que deve ser entregue no final da obra.
- c) Autos de receção provisória e definitiva da obra, com parecer favorável dos serviços técnicos do **MUNICÍPIO**.

2 - O **MUNICÍPIO** pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público

Cláusula 11.^a **Ocorrências e emergências**

A **FREGUESIA** deve comunicar ao **MUNICÍPIO**, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.^a **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1 - O **MUNICÍPIO** pode verificar o cumprimento do objeto do contrato pela **FREGUESIA**, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe informações e documentos que julgue necessários.

2 - As determinações do **MUNICIPIO** emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a **FREGUESIA**, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 13.^a
Modificação do contrato

1 - O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2 - A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.^a
Suspensão do contrato

1 - A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

2 - Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.^a
Resolução pelas Partes Outorgantes

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2 - Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.^a
Revogação

1 - As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

2 - A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.^a
Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado neste contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.^a
Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

Cláusula 19.^a
Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* do Município de Braga.

Cláusula 20.^a
Cabimento e compromisso

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pelas propostas de cabimento nº -----, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos nº -----.

Cláusula 21.^a
Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão: **a)** o respetivo clausulado **b)** a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda: **a)** As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III; **b)** O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a)** As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b)** O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a **FREGUESIA**;
- c)** Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em ----- de ----- de 2019 pelo 2º Serviço de Finanças de Braga;

b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em ---- de ----- de 2019.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Braga, 09 de Dezembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

O Presidente da Freguesia de Sequeira

Filomena Vieira

De: Presidente <presidente@jf-sequeira.pt>
Enviado: 16 de novembro de 2019 09:47
Para: freguesias@cm-braga.pt; António Barroso; Nuno Azevedo
Assunto: Requalificação Praceta Minas - Sequeira
Anexos: Praceta Minas - Sequeira.pdf

Bom dia

Após conversa com Dr. António Barroso e relativamente á obra acima citada, queria expôr o seguinte:

No passado dia 7 de Junho 2019, recebemos v/ e-mail com nº saída 12496, referente á n/ comunicação (Req. Genérico), entrada nº 23090 de 18 de Abril de 2019, com um parecer favorável da DGEUP com um valor base da obra de 24.938.09 + IVA.

Valor este já aprovado em reunião de Câmara em 17.06.2019 e AM de 19.07.2019. Mas como nesse e-mail, solicitaram que se deviam corrigir/apresentar alguns elementos relativos a este processo, este deu origem a um valor um pouco mais alto no seu global, ou seja, de 26.670.31€ + IVA, com uma diferença de 1.732.22€ + IVA. Valor este importante e significativo para a nossa tesouraria.

Como tal gostávamos que analisem este processo, por forma a mediar esta situação.

Obrigado pela atenção

IVA 6% 1732,22€
 103,93€
Total 1836,15€

Melhores cumprimentos

João Carlos Rocha



Junta de Freguesia de Sequeira

Rua da Escola, nº7

4705-629 Sequeira

Tel. 253672932

www.jf-sequeira.pt

Subject: FW: PAVIMENTAÇÃO PRACETA DAS MINAS - Informações técnicas
From: "Freguesia de Sequeira \\\(Geral\\)" <geral@jf-sequeira.pt>
Date: 08-06-2019, 09:53
To: <presidente@jf-sequeira.pt>
CC: <tesoureiro@jf-sequeira.pt>

Atentamente

Octávio Silva



Junta de Freguesia de Sequeira
Rua da Escola, nº7
4705-629 Sequeira
Tel. 253672932
www.jf-sequeira.pt

De: Antonio Cunha [mailto:antonio.cunha@cm-braga.pt]
Enviada: 7 de junho de 2019 17:12
Para: geral@jf-sequeira.pt
Cc: António Barroso
Assunto: PAVIMENTAÇÃO PRACETA DAS MINAS - Informações técnicas

Saída nº 12496 de 07/06/2019
(Entrada nº 23090 de 18/04/2019)

Ex.mo Senhor
Presidente da Junta da Freguesia de
SEQUEIRA

Sobre o assunto acima referenciado, inserido na V/ comunicação (*Requerimento genérico*) de 2019/03/30, a que foi atribuído o n/ registo "Entrada nº 23090", de 18/04/2019, por indicação do sr. Adjunto, dr. António Barroso, e para conhecimento da Autarquia de que V. Ex.a é mui digna Presidente, tendo em vista os devidos e adequados procedimentos, abaixo se transcrevem informações emitidas pelos respetivos serviços técnicos municipais, sendo que o valor total para esta obra não será alterado.

(18)
Operações Urbanísticas Promovidas pela Administração Pública - artigo 7º do RJUE.
O estudo visa a "Requalificação da Rua Praceta das Minas", freguesia de Sequeira.
O valor base é de 24 938.09€ + IVA.
Com parecer favorável da DGUEP.

Da apreciação prévia da DEPM entendemos que deverão ser corrigidos/apresentados os seguintes elementos:

01. Declaração de coordenador para procedimento concursal;
02. O PPGRCD encontra-se desatualizado no que concerne ao transporte de RCD (ver portaria nº 145/2017 de 26 de Abril)
03. Deverá ser apresentado o mapa de medições, quantidades e orçamento em formato editável com as células ligadas e vinculadas entre si;
04. A não apresentação de ensaios geotécnicos deverá ser justificada e assumida no termo de responsabilidade a sua dispensa;
05. Não são apresentados cadastros de redes;
06. Deverá ser apresentado perfil longitudinal da rede de pluviais e perfil transversal tipo com melas canas;
07. Deverá envolver-se com betão a tubagem quando a altura for inferior a 1,0m de aterro, sobre a geratriz superior da tubagem;
08. A ligação da rede projetada deve ser efetuada cerca de 2,5m a jusante da atual proposta, sendo ligada à rede existente e não à sarjeta existente.
09. Os artigos 4.1 e 4.4 devem ser eliminados, pois não contemplam qualquer tipo de trabalho.
10. Aconselha-se que nos mapas se faça referência à apresentação de telas finais e a escavação deverá ser dividida, neste caso, se não forem realizados ensaios, por cautela, em percentagem em rocha e terra com respetivos valores unitários

Os termos de responsabilidade e coordenação são garantia bastante para o cumprimento das normas em vigor e da portaria 701-H/2008 de 29 de Julho.

Respeitosos cumprimentos.



A. Fernando Cunha
Divisão de Apoio às Freguesias

antonio.cunha@cm-braga.pt
T: 253 61 33 76 - DAF
T: 253 61 60 60 - CMB / Ext. 1158
freguesias@cm-braga.pt

Este e-mail é amigo do ambiente, pondere antes de o imprimir!

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

DOC.GENER: PRACETA MINA/2019

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Cabimento prévio: DOC.GENER: MERELIM SPED/2019

Entidade: 10654 Junta de Freguesia de Sequeira
NIF: 507031350

Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 0805010202 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Contrato:

N.Seq.: 55643

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
12/12/2019	21484	5,00				5,00		REQUALIFICAÇÃO DA RUA PRACETA DAS MINAS - CORREÇÃO DE VALORES.
12/12/2019	21485					5,00	1 831,15	

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Cabimento

DOC.GENER: MERELIM SPED/2019

N.Seq.: 48295

Serviço Requiritante: 12 Div. Apoio Freguesias

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 080501020 Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação

GOP: 04 OUTRAS FUNÇÕES

420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

2017/6 Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 800 000,00

Cabimentado: 1 797 460,12

Saldo: 2 539,88

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		

12/12/2019 17671 5,00

5,00 REQUALIFICAÇÃO DA RUA PRACETA DAS MINAS - CORREÇÃO DE VALORES.

12/12/2019 21484

55643 DOC.GENER: PRACETA MINA/2019

5,00

0,00 REQUALIFICAÇÃO DA RUA PRACETA DAS MINAS - CORREÇÃO DE VALORES.